CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 318

Data: 22 de Junho de 1986

Pg.: _____

Saída para índios é a política

Caracas — Entrar nos partidos políticos e lutar nos parlamentos é o caminho para que os índios sul-americanos defendam seus direitos, propôs ontem em Caracas o coordenador do Conselho Indígena da América do Sul (CISA), Assuncion Ontiveros Yulquilla.

Ontiveros, da nação Kolla da Argentina, visitou Caracas para impulsionar a união de seis organizações indígenas na Venezuela que contam com mais de 200 mil índios (oficialmente 150 mil) de 36 etnias.

Na América do Sul os indígenas totalizam 60 milhões de pessoas (40 milhões segundo as estatísticas governamentais) e são a maioria da população na Bolívia, Equador e Peru, recordou Ontiveros.

Em entrevista à AFP, Ontiveros disse que o objetivo do Cisa é que sejam consolidadas as organizações nacionais de povos indígenas, para que tenham presença política e influam nas decisões onde se envolva o uso dos territórios e demais direitos dos primeiros habitantes do continente.

"A entrada na política, o acesso aos parlamentos e a participação na tomada e controle das decisões que nos envolvam é a única forma de eliminar a discriminação que sofremos", afirmou Ontiveros. "Temos que evitar a tomada arbitrária de nossos territórios por planos desenvolvimentistas: exploração de petróleo, devastação das matas ou sistemas agrícolas como o da palmeira africana no Equador", disse o coordenador do Cisa.

O dirigente também destacou que "falta uma legislação coerente com nossa realidade e há leis absurdas e desumanas: os índios no Brasil são considerados menores de idade e no Paraguai perigosos para a soberania". "Na Argentina" — prosseguiu — "os Mapuches e outros das zonas fronteiriças são administrados através do Ministério da Defesa, e na Venezuela é mantida como prioridade a conversão dos índios ao catolicismo. Toda essa irritante legislação deve ser eliminada", afirmou Ontiveros.

A nível internacional, a legislação não é muito melhor para os índios, e o Cisa desejaria que as Nações Unidas promulgassem uma espécie de declaração universal dos direitos dos povos indígenas.

Ontiveros expôs que o único instrumento que o considera extensamente é o convênio 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), considerado nocivo pelo Cisa.

"Tem um espírito integracionista arbitrário. Estabelece critério de produtividade baseado na concepção do índio como mão-de-obra barata, com declarações óbias sobre desenvolvimento cultural ou de progresso segundo os próprios termos de cada nação indígena", opinou Ontiveros.

O Cisa também se dirigiu ao Estado espanhol e ao Vaticano para pedir-lhes uma ratificação histórica, a admissão de que "foram cometidos erros e horrores durante a colonização da América", como passo necessário para reivindicação das culturas aborígenes do Novo Mundo.